

A RELAÇÃO ENTRE DISCIPLINA, INSTRUÇÃO (CONHECIMENTO) E MORAL NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE IMMANUEL KANT

Dr. Reginaldo Aliçandro Bordin  0000-0003-4417-7951
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Isabella Soares Cardos  0000-0002-3795-6511
Secretaria de Educação em Maringá, PR

RESUMO: O objetivo deste estudo é compreender o problema educacional em Immanuel Kant (1724-1804) a partir dos conceitos de disciplina, instrução (conhecimento) e moral. Para isso, partiremos de uma análise filosófica de alguns textos de Kant, especialmente os textos Sobre a Pedagogia; Resposta à questão: o que é esclarecimento? e Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765 -1766. Kant considera a educação imprescindível para formar no homem as condições de sociabilidade (de civilidade) e autonomia de pensamento. Para que a educação ocorra, é necessária a disciplina, a fim de domar os instintos – controlar as disposições violentas (as inclinações sensíveis ou naturais) e formar indivíduos civilizados, o que implica retirar o homem da selvageria. Além disso, esse modelo também pressupõe o conhecimento, uma vez que ele entende a necessidade da disciplina intelectual para o ato de conhecer. Para conhecer, é preciso tanto ter racionalidade quanto os instrumentos que a desenvolvem. O resultado esperado é o da compreensão de como estão articulados no processo educacional, a disciplina e a instrução (o conhecimento), assuntos ainda relevantes na atualidade. Para o cumprimento do objetivo proposto, faremos a leitura analítica dos textos kantianos, em colaboração com estudiosos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Disciplina; Instrução; Moral.

THE RELATIONSHIP BETWEEN DISCIPLINE, INSTRUCTION (KNOWLEDGE) AND MORALS IN THE PEDAGOGICAL THINKING OF IMMANUEL KANT

ABSTRACT: This study aims to understand the educational problem of Immanuel Kant (1724-1804) from the concepts of discipline, instruction (knowledge) and morality. For this, we will start from a philosophical analysis of some texts by Kant, especially the texts On Pedagogy; Answer to the question: what is enlightenment? and News from Prof. Immanuel Kant on the organization of his lectures in the winter semester of 1765-1766. Kant considers education essential to form in man the conditions of sociability (of civility) and autonomy of thought. For education to take place, discipline is necessary to tame instincts – to control violent dispositions (sensitive or natural inclinations) and to form civilized individuals, which implies removing man from savagery. In addition, this model also presupposes knowledge since it understands the need for intellectual discipline for the act of knowing. In order to know that, it is necessary to have both rationality and the instruments that develop it. The expected result is the understanding of how discipline and instruction (knowledge) are articulated in the educational process, subjects that are still relevant today. To fulfil the proposed objective, we will carry out an analytical reading of the Kantian texts, in collaboration with scholars on the subject.

KEYWORDS: Education; Knowledge; Enlightenment; Discipline.



1 APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste texto é o de compreender a relação entre disciplina, instrução (conhecimento) e moral no pensamento pedagógico de Immanuel Kant (1724-1804). Para tanto, pretende-se analisar o texto Sobre a Pedagogia (editado por Friedrich Theodor Rink, aluno de Kant e publicado em 1803 com a autorização de Kant). Neste texto, Kant define o escopo da pedagogia e os caminhos pelos quais, por meio da educação, é possível formar uma pessoa civilizada e dotada de moralidade. O filósofo nascido em Königsberg, é reconhecido pelo fato de ter redefinido o pensamento filosófico, principalmente a respeito dos fundamentos do conhecimento, mas também analisou o problema da educação, influenciando gerações posteriores de educadores, a exemplo de Jean-Piaget.

Inserido no contexto do Iluminismo e reconhecido como um de seus mais importantes representantes, Kant entendeu que a razão humana é uma espécie de “luz”, isto é, o caminho que possibilita o indivíduo sair da ignorância e conquistar sua autonomia. Por isso, ele entendeu que a autonomia – aquela condição de autogoverno que define o ser humano – precisaria de condições objetivas, mas, sobretudo, subjetivas possibilitadas pela educação, daí a importância do tema.

A educação é entendida por Kant a partir de dois fatores principais: o primeiro é caracterizado pelo fato de a educação poder edificar o “gentil homem”, isto é, o conceito moderno de pessoa civilizada capaz de conviver em sociedade segundo padrões civilizados de comportamentos. O segundo aspecto diz respeito ao fato de que sem a devida educação e dos conhecimentos que a acompanha, não seria possível o estabelecimento de uma sociedade organizada e civilizada. A ideia, portanto, é a de estabelecer uma sociedade cosmopolita, fundada em princípios racionais e morais orientada para a paz. Isso quer dizer que a realização da sociedade humana e cosmopolita dependerá do progresso moral dos indivíduos, responsabilidade que caberá à educação cumprir. Caberá à educação retirar dos



indivíduos os seus impulsos tidos como animais – condição permitida pela disciplina – para aprender valores da sociabilidade (civildade) e da moralidade.

Essa perspectiva justifica a natureza deste estudo, uma vez que a condição atual da educação, marcada por crises em todos os sentidos, demanda reflexões e respostas. O fato de interrogarmos a respeito dos problemas educacionais indica a postura do educador em dialogar com o nosso passado, com as diversas fontes históricas, filosóficas e educacionais que possam iluminar, tal como os Iluministas acreditavam, as reflexões atuais. Para isso, nossa pesquisa, procura, analiticamente, entender os problemas educacionais e filosóficos engendrados pelo movimento dinâmico e dialético da história, expressos nas ideias, nos valores defendidos e negados pelas tradições e pelos teóricos ou pensadores da educação, isto é, nas contradições sociais e reveladas pelos autores em seus livros e reflexões. Assim, nossa análise se tornará possível se tomarmos os textos kantianos, neste caso, o texto Sobre a Pedagogia, Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765 -1766 e a Crítica da Razão Pura, a fim de compreendermos a concepção de educação, de conhecimento e de moral, bem como os temas a eles correlatos. Neste sentido, enriquece nossa compreensão acerca da natureza e da finalidade da educação em Kant, o diálogo crítico com outros autores que, em suas reflexões contribuem para entender aquele que é considerado um dos mais importantes filósofos do século XVIII.

2 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NO PENSAMENTO KANTIANO

O século XVIII é caracterizado por transformações sociais agudas que repercutiram também na educação e na pedagogia e no modo como homens e mulheres foram formados e civilizados. O desenvolvimento da indústria, do comércio, da vida urbana pautada por novas relações econômicas, não apenas influenciou – ou determinou – a maneira de organização do trabalho, da riqueza e das relações entre os indivíduos como também mudou a forma de pensar a educação. Na época de Kant, o sistema capitalista em seu desenvolvimento

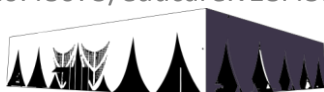


requisitou uma educação disciplinada e voltada para o trabalho produtivo, mas Kant concebeu uma educação como um projeto de humanidade – para além do atual estágio da humanidade, ou seja, para uma sociedade melhor. Para este filósofo, as referidas mudanças afetaram o homem em sua totalidade, levando-o a questionar: o que é a educação? Quem é o homem e qual a sua tarefa no mundo? Ou seja, qual o papel da educação em uma sociedade em mudança? (OLIVEIRA JÚNIOR, 2005, p. 16).

Tais questionamentos ganham maiores significados quando consideramos que as modificações na sociedade nas condições materiais da existência humana, isto é, no modo como a vida humana é organizada e produzida, também criou condições para o desenvolvimento de novas ideias filosóficas e educacionais. Na filosofia, sobretudo, a partir do início da modernidade (séculos XV e XVI) ocorreu uma ruptura com os valores e princípios filosóficos medievais, com base em pressupostos ancorados na racionalidade e na defesa da liberdade subjetiva.

Com efeito, Jean Delumeau (2017) em seu livro *A civilização do Renascimento* destacou alguns aspectos de interesse para este estudo, por exemplo, o fato de no Renascimento ter desabrochado uma concepção nova de indivíduo que valorizava a racionalidade, a individualidade e a liberdade, ao mesmo tempo em que questionava a validade das interdições morais da religiosidade cristã. Delumeau destacou o fato de que, nesse momento, a educação assumiu um papel de primeira ordem: os pensadores modernos percebiam a necessidade da disciplina como instrumento civilizador, favorecendo a regulamentação dos estudos e a proteção moral dos jovens educandos. Neste sentido, o humanismo, movimento filosófico que tem suas raízes no Renascimento, mas se manifesta mais plenamente na modernidade, fez da instrução o principal meio da educação porque colocou no plano moral aqueles aspectos caracterizadores dos indivíduos modernos enquanto formadora do “homem honesto”, educado e civilizado.

No desenrolar desse movimento, os séculos XVII e XVIII testemunharam a origem e o desenvolvimento de um tipo específico de filosofia e de um movimento



de ideias denominado de Iluminismo¹ ou, mais precisamente de Esclarecimento, do qual Kant é um dos principais representantes alemães. Segundo esse pensador, o “[...] esclarecimento significa a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 2013a, p. 63). Como é possível depreender, Kant parece defender o pressuposto de que o uso público da racionalidade constitui uma saída para apontar saídas em uma época de profundas mudanças e transformações sociais. Kant concebe a autonomia e a liberdade dos indivíduos como expressões do uso correto da racionalidade, por meio do qual seria possível enfrentar o obscurantismo. A razão é uma faculdade universal dotada de princípios, por isso, é um instrumento do conhecimento capaz de penetrar na realidade a ponto de desvelar todas as aparentes divergências entre os indivíduos, todos os desvios devidos à tradição e aos preconceitos. Assim considerado, haveria a possibilidade do pensamento em estabelecer a crítica a tudo quanto carecesse de comprovação fática, tornando-se, dessa maneira, o conhecimento, a chave de dominação da natureza (NODARI; SAUGO, 2011, p. 138).

Kant, portanto, estabeleceu a razão como instrumento do conhecimento e da autonomia dos indivíduos, porque não há nem um e nem outro sem adequada formação. Segundo Abbagnano (2014, p. 972), Kant definiu a razão como a faculdade que produz os conceitos por si mesma, por conseguinte, pode ser chamada de faculdade dos princípios. Mas os conceitos que ela produz não têm origem na experiência, são, apenas, de natureza teórica ou racional. De acordo com Kant na *Crítica da Razão Pura* (*Kritik der reinen Vernunft*, KrV, A302/B,359, 2013b), editada em 1781 (A) e 1787 (B), a razão é a faculdade que unifica as regras do entendimento mediante princípios. Para ele, nunca se dirige à experiência nem

¹ De acordo com Paulo César Nodari e Fernando Saugo (2011, p. 135), o Iluminismo foi um movimento intelectual ocorrido na Europa, no século XVIII, que é marcado pelo paradigma da subjetividade e pela busca do esclarecimento. Ele foi um projeto de emancipação do ser humano de todo tipo de tutela, por isso acredita que as pessoas deviam libertar-se do pensamento dominante provindo da tradição tanto com relação às crenças religiosas, como também com relação aos déspotas da época.

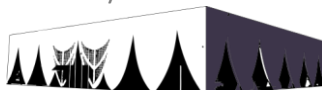


a nenhum objeto, mas tão somente ao próprio entendimento para conferir ao diverso dos conhecimentos desta faculdade uma unidade *a priori*, graças a conceitos. Neste caso, o que Kant procurou postular foi um caminho seguro para o conhecimento, estabelecendo o uso lógico-formal da razão a partir de princípios racionais.

Assim, a razão confere ao entendimento (faculdade de ordenar os dados da experiência) maior unidade possível. Convém lembrar que na Crítica da Razão Pura (KrV, IV, A7/B11-12, 2013b), Kant sustentou a existência de uma diferença entre dois tipos específicos de conhecimento, o conhecimento *a posteriori* e o *a priori*. Pelo primeiro, Kant afirmou ser aquele entendimento que resulta da sensibilidade e, portanto, depende da experiência. É o conhecimento do qual não é possível formarmos juízos² universais. Quanto ao segundo, o conhecimento *a priori*, Kant afirmou ser ele independente da experiência ou de todas as impressões dos sentidos, isto é, é o conhecimento que nada tem de empírico, tal como o conhecimento dos metafísicos. No que diz respeito ao uso lógico da razão, é possível entender que o autor da Crítica da Razão Pura buscou superar as ilusões possibilitadas pelas sensações e pela tradição metafísica, fundar o conhecimento em procedimentos lógicos, a fim de oferecer ao entendimento unidade ou uma síntese do conhecimento. O entendimento, com suas regras, sintetiza o múltiplo em um objeto de conhecimento, e a razão leva as regras do entendimento a uma máxima unidade a fim de dar uma unidade a todo o conhecimento da natureza (GIROTTI, 2015).

Em síntese, o que Kant procurou afirmar é o fato de que o entendimento depende de regras e elas podem ser buscadas e sistematizadas. Elas, portanto, estabelecem os princípios de como se deve pensar. A partir desse aspecto, entende-

² Quanto ao juízo, Kant entendeu que ele é a capacidade de julgar e, por isso, é aquele que forma unidade analítica de representações. Para ele, o juízo contém um “é ou não é” e apresenta a conexão de dois conceitos, dos quais um (a) sempre cumpre função de sujeito e o outro (b) a de predicado. Além disso, o juízo pode ser prático e estético: o prático diz respeito ao fato de que na razão algo acontece para este ou aquele fim e o estético faz referência ao gosto ou ao prazer e ao não-prazer (KANT, KrV, A7/B11-12, 2013b).

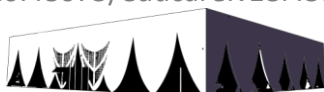


se que para aprender, pensar e conhecer é preciso procedimentos organizados e sistematizados. Daí, resulta o fato de que se há regras lógicas para o conhecimento também deve haver para o ensino, a educação. Por meio dela, se avança dos juízos intuitivos para o entendimento (AK, 305; A4, 1992), da mesma maneira em que a rudeza é abandonada para a condição de ser racional e moral: progride, portanto, da barbárie à civilidade. A esse respeito, lembra Kant (VIII, 113, 2010) no texto *Começo conjectural* da história humana, de 1786, a decência, inclinação a provar nossas boas maneiras, o respeito aos demais e fundamento autêntico da sociabilidade, ofereceu o primeiro sinal de que o homem era uma criatura capaz de ser moralmente educada. No referido texto, ele mencionou uma mudança necessária: progredir, por meio da educação, rumo à perfeição, condição empreendida por uma série de gerações e não por um só indivíduo³.

Com efeito, visto que o progresso natural do conhecimento é tal que, primeiro, o entendimento se forma, na medida em que chega pela experiência a juízos intuitivos e, por meio destes, a conceitos, conceitos estes que, em seguida, são colocados pela razão [*Vernunft*] em relação com as razões [*Gründe*] e as consequências deles, para serem finalmente discernidos [*erkannt*], por meio da ciência num todo bem ordenado, o ensino também terá que seguir o mesmo caminho (KANT, 1992).

O que Kant entende, a partir disso, é que educação e conhecimento apresentam cumplicidade ou dependência recíproca, porque ele concebe o homem como um ser racional e as variadas formas para atuar no mundo como ser moral e livre. Assim, é pela via do conhecimento que Kant propõe oferecer ao homem sua autonomia (intelectual e moral,), condição possibilitada pela educação. Mas a razão necessita da educação e suas observações supõe que as disposições naturais de um homem podem ser determinadas de tal maneira a cumprir a totalidade de suas finalidades, estando sempre conformes à ideia de seu fim (PINHEIRO, 2007). A

³ Na segunda proposição, tratada por Kant (1986, p. 11) em *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784, consta a afirmação: “[...] no homem (única criatura racional sobre a Terra) aquelas disposições naturais que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo”.



educação atinge seu fim quando o próprio sujeito permite educar-se. Assim, a educação propõe elevar a condição humana ao da autonomia, ao mesmo tempo em que se compromete educá-la para ler criticamente a realidade e ter consciência do seu lugar no mundo e na sociedade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2005). Para tornar-se autônomo e agir no mundo com responsabilidade, a educação é uma condição imprescindível, uma vez que Kant parte do pressuposto de que a humanidade amadurecida e feliz necessita que homens e mulheres se empenhem em auto educar-se.

Ora, essa condição não dispensa o papel do(a) professor(a), visto que se espera dele(a) ações que formem primeiro o homem sensato, depois o homem racional e, por fim, o douto, etapa reconhecida como a mais difícil de alcançar (KANT, 1992). A esse respeito, Kant (1992) reconheceu a educação como o maior desafio proposto aos homens e mulheres, mas entendeu seu ganho ao afirmar que, com o ensino, o aprendiz terá se tornado mais exercitado, senão perante a escola, ao menos perante a vida. Esse esforço, entretanto, exige outra condição: um método que possibilite formar o homem para um discernimento próprio, amadurecido, e não para comportamentos que reproduzem o que na filosofia, em específico, já está pronto. Kant recusa, portanto, tendências livrescas e enciclopédicas na educação. No texto Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765-1766, editado por Johan Jacob Kanter, Kant (1992) destaca a insuficiência em enganar o aprendiz com uma filosofia pretensamente pronta, excogitada, um simulacro de ciência. É preciso, entende ele, avançar para além de certos benefícios (monetários?!) que só têm validade para certas pessoas e lugares, mas não para outras. O método deve ser *zetético*, como o dos antigos, isto é, investigante, de maneira que crie os meios do aprendiz julgar por si próprio:

[...] e o método de refletir e concluir por conta própria é aquilo cujo domínio o aprendiz está a rigor buscando, o qual também é o único que lhe pode ser útil, de tal sorte que os discernimentos decididos que por ventura se tenham obtido ao mesmo tempo têm que ser considerados como

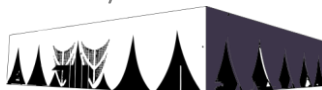


consequências contingentes dele, consequências estas para cuja plena abundância ele só tem de plantar em si mesmo a raiz fecunda (KANT, 1992).

O desafio de educar para a autonomia e a liberdade de pensamento e ação é reconhecido por Kant como uma árdua tarefa, de maneira que ela não pode ser realizada imediatamente nem individualmente, mas ao longo das gerações. Uma geração educa a outra, como ele sugeriu em *Sobre a Pedagogia* (Ped. 441, 2002, p. 12). O filósofo de *Königsberg* ressaltou no referido texto que não é possível avançar se uma geração não transmitir à outra aquilo que ela mesma aprendeu e aperfeiçoou.

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles. Por isto, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue (KANT, 2002, p. 20).

Como se vê, Kant (2002, p. 20) concebeu a arte de educar entre as descobertas humanas mais difíceis junto com a de governar os homens. No livro *Sobre a Pedagogia*, ele define o escopo da pedagogia e os caminhos pelos quais, por meio da educação, é possível formar uma pessoa civilizada, dotada de conhecimento e transformada em um ser moral. Entre os princípios centrais que definem a concepção educacional de Kant, consta o fato dele conceber a espécie humana como a única que necessita ser educada para ser considerada humana, pois, segundo Kant (2002, p. 11), os animais não precisam ser cuidados, no máximo ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo. Porém, diferentemente, a espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas forças, todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade. Nesse caso, o homem não pode se tornar verdadeiramente homem senão pela educação, pois ele é aquilo que a educação dele faz, tal como ele indicou no referido livro. Portanto, é pela educação que a humanidade é convocada a extrair o melhor

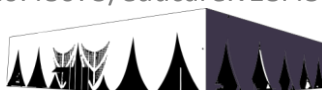


de si (o autogoverno, a liberdade, a autonomia e a felicidade), condição possibilitada pela cultura e disciplina: ou seja, quando entregues à ignorância e à ausência de disciplina, a brutalidade e a selvageria tornam-na imperfeita e não inclinada à paz. Mas, como é possível impedir esse estado de selvageria? Quais aspectos fazem parte do processo formativo?

3 O PAPEL DA DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DO SUJEITO LIVRE E AUTÔNOMO

Como se pode depreender, as reflexões de Kant indicam que o próprio indivíduo é responsável por desenvolver aquelas disposições naturais que nele se encontra. Entretanto, não pode fazê-lo sozinho sob o risco de desenvolver condutas consideradas incautas. Em razão disso, Edmilson Menezes (2014), argumentou que a educação do homem se encontra num terreno que inspira cautela, e no qual as antevisões para a ação livre podem redundar em grandes ilusões. Segundo este estudioso, Kant parte do pressuposto de que o homem é um ser livre, por isso, precisa ser educado: “[...] sua liberdade permite que seja traçado um caminho que, sendo percorrido, conduz o homem à formação de si mesmo” (MENEZES, 2014, p. 136).

Ora, tal percurso referido por Menezes (2014), passa necessariamente pela aprendizagem, que predispõe alcançar a perfectibilidade. No caminho para isso, Kant (2002, p. 16) parece ter alertado sobre os perigos provocados pelo descuido dos adultos (as gerações adultas) e dos governantes que não tomam partido sobre a educação para fazer avançar a natureza humana rumo à perfeição. O alerta de Kant, válido em nosso tempo, porém, rico em exemplos de negligência política, aponta para outra direção importante: o papel que a cultura e a disciplina têm nesse processo. Para Kant (2002, p. 16), a falta de disciplina é pior do que a ausência de cultura. Enquanto essa pode ser remediada, o defeito disciplinar, ao predispor o estado de selvageria, dificilmente é corrigível. Assim, educação e disciplina parecem ocupar lugar de destaque, de modo que Kant considerou o fato

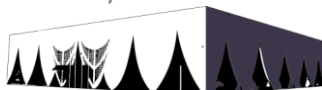


de as crianças, para ser educadas ou humanizadas, requerem instrução e cuidados constantes. O objetivo da disciplina consiste em provocar nas crianças uma ruptura com a natureza, isto é, as inclinações sensíveis. Como se vê, o princípio da civilidade e da moralidade em sintonia com a tradição iluminista ocupou as reflexões de Kant. Seu escrito a esse respeito, *Sobre Pedagogia*, oferece subsídios que nos levam a compreender o fato de que ele considerou ser imprescindível à espécie humana abandonar seu estado original, descrito como bruto ou selvagem. Esse abandono, é condição necessária para formar a civilidade e moralizar os indivíduos; é possibilitada pela disciplina, pois é ela a parte negativa (no sentido de retirar a violência da selvageria) e, depois, incutir novos hábitos (parte positiva da educação) que corresponde à moral, ao dever, princípio que caracteriza o pensamento kantiano.

Kant (2002, p. 12) entendeu que “[...] a disciplina transforma a animalidade em humanidade”. Enquanto o animal é por seu próprio instinto o que deve ser, o homem, desprovido dessa condição, precisa formar por si mesmo o projeto de conduta. A disciplina é descrita por ele (2002, p. 12) como negativa porque retira do homem a animalidade e assegura que ele não se desvie do seu destino, a vida moral. A disciplina tem caráter negativo ou impeditivo, porque submete as pessoas às leis da humanidade.

A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais. Ela deve, por exemplo, contê-lo, de modo que não se lance ao perigo como um animal feroz, ou como um estúpido. A disciplina, porém, é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria (...) A selvageria consiste na independência de qualquer lei (KANT, 2002, p. 12-13).

A compreensão de Nodari e Saugo (2011) a esse respeito, sugere que, pelo uso da disciplina, tem-se a possibilidade de liberar a criança de suas tendências selvagens e de sua rudeza e, nesse caso, a existência de uma cultura moral implica na adoção de regras necessárias à conduta humana, ao respeito à lei e ao uso racional do pensamento. Para esses autores, Kant entende que se a disciplina for



deixada de lado na infância, uma das possíveis consequências é a de que será difícil mudar a conduta de alguém na fase adulta. Caso o ser humano não seja submetido à disciplina desde sua infância, corre o risco de seguir seus caprichos pelo resto da vida, sendo-lhe difícil contornar tal dificuldade quando chegar à condição de adulto.

Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria (KANT, 2002, p. 25).

A disciplina, portanto, tem caráter educativo porque restringe a ação humana segundo regras estabelecidas pela racionalidade prática – a boa vontade (que busca um fim último para a humanidade) - sua perfeição e pela cultura pedagógica, que imprime no educando conhecimentos necessários à vida em sociedade, entre os quais a instrução ou as habilidades, a prudência e a moral. Tal condição disciplinar decorre do entendimento que Kant tem sobre a humanidade: para ele, é preciso que a pessoa se habitue ou se acostume a se submeter aos preceitos da razão para que consiga conviver civilizadamente. Outro aspecto importante relacionado à disciplina, diz respeito ao entendimento kantiano de que a formação ou a educação compreende a relação entre disciplina e a instrução. Segundo Kant (2002), nenhum animal necessita da cultura, uma vez que nenhum deles aprende a partir de seus ascendentes, a não ser aquelas características instintivas de sobrevivência. Na escola, por sua vez, diferente da condição selvagem, há o empenho dos pais em ensinar aos filhos o que aprenderam, o que sugere ser a educação uma ação permanente e transferível de uma geração a outra. Nesse caso, o homem não pode se tornar verdadeiramente humano (enquanto sujeito moral) senão pelo ato da educação, pois é ela que faz do homem um ser humano. E essa ação ocorre quando uma geração amadurecida transmite aos que ainda não têm autonomia e liberdade o que aprendeu. A ausência de adequada instrução e cultura, segundo Kant (2002, p. 15), em certos homens, os torna mestres muito ruins de seus educandos.

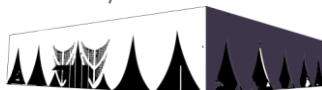


O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muitos ruins de seus educandos (KANT, 2002, p. 15).

Assim, a ausência de disciplina inviabiliza qualquer projeto educacional pautado por princípios civilizatórios e morais, porque se apoiaria sobre a selvageria como princípio da conduta humana. Tal comportamento não permitiria a prudência nem o cuidado com as crianças requeridos pela moralidade, virtudes consideradas essenciais para o ser humano. Dessa maneira, a compreensão do “gentil homem”, do homem educado (civilizado e moral) pressupõe a disciplina, assim como uma rigorosa cultura educativa. Essa perspectiva se deve pelo fato de que Kant considera que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação para que a humanidade alcance seu fim, a perfeição moral. Por cultura, ele entendeu a posse de habilidades, instrução e vários conhecimentos condizentes com os fins que almejamos.

A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos. Ela, portanto, não determina por si mesma nenhum fim, mas deixa esse cuidado às circunstâncias (KANT, 2002, p. 25-26).

A cultura promovida pelo aprimoramento das habilidades e conhecimentos, tanto nas escolas quanto pelo esforço individual, é condição essencial para a educação e a vida societária, mas não é a única a colaborar. Para Kant, vinculada e essas dimensões – disciplina e cultura – a educação deve contemplar dois outros aspectos fundamentais, a moral e a autonomia do pensamento. A respeito da moral, no livro *Sobre a pedagogia*, Kant (2002, p. 26) afirma que um dos princípios fundamentais da educação é o de cuidar da moralização dos indivíduos e da espécie humana. Para ele, não é suficiente que o homem seja capaz de toda sorte de fins, mas, principalmente que convenha a ele escolher sabiamente os bons fins. São



bons fins “[...] aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (KANT, 2002, p. 26).

Dessa maneira, Kant deixa transparecer o princípio de que a educação é um instrumento de construção de sujeitos livres ou autônomos, porque a razão deve produzir uma consciência moral, a qual pode ser realizada na vida prática. A partir desse pressuposto é possível entender que somente um indivíduo educado, segundo Kant, pode tornar-se livre. Essa liberdade se dá pela capacidade de agir de acordo com os princípios racionais alcançados pela educação e formação crítica e autônoma do sujeito. Uma vez submetido às regras disciplinares (da heteronomia) a criança teria condições de se tornar um ser autônomo, o que implica tornar-se responsável por suas ações. Mas, para isso, não basta ser ensinado e instruído, no sentido mecânico do termo, isto é, treinado. O que Kant propõe é algo mais específico: se a moral pressupõe a autonomia do pensamento, “[...] não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (KANT, 2002, p. 27).

O ensino destinado à juventude não pode ser fundamentado numa “ciência de empréstimo”, como Kant (1992) afirma nas suas Preleções no semestre de inverno de 1765-1766, pois, neste caso, os conhecimentos seriam apenas armazenados na memória, mas não desenvolvidos. O que ele parece atacar no ensino de seu tempo - e que se verifica também em nosso tempo - é uma educação que privilegia a repetição ou a reprodução dos saberes, o engessamento do pensamento e a memorização. Esse modelo educacional é causa, segundo ele, “[...] de não raro se encontrarem pessoas dotas (na verdade instruídas) que demonstram pouco entendimento, bem como a razão por que as academias põem no mundo mais cabeças desenxabidas do que qualquer outra instituição de coisa pública” (KANT, 1992, p. 174). Não se trata, portanto, de ensinar pensamentos ou ideias, mas a pensar por conta própria, a caminhar por si mesmo.

Em a Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? Kant (2013a) alega que o Esclarecimento – aquela capacidade de pensar por si só sem a tutela de outrem - é a saída do homem de sua menoridade (incapacidade de pensar e agir segundo as próprias convicções, isto é, sem o uso da razão) da qual ele mesmo é culpado. A

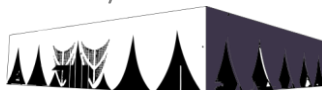


menoridade é entendida como a incapacidade de agir por seu próprio entendimento, necessitando da direção de uma autoridade moral, intelectual, religiosa ou política. Ou seja, o indivíduo é o próprio culpado por se encontrar na menoridade quando lhe falta coragem de usar o seu próprio entendimento. Se o indivíduo não for educado para pensar por si mesmo (para a autonomia), usando livremente a racionalidade que dispõe, implica dizer, para o pensador alemão, que a educação falhou.

Assim, a formação deve contemplar aspectos fundamentais na constituição de um indivíduo livre, as regras do entendimento, isto é, do conhecimento filosófico. Indica, ainda, que a produção do saber deve ser ordenada e sistematizada tanto quanto a educação das crianças. Para conhecer é preciso aprender a pensar por si mesmo, organizar as ideias e, para tal, compete à educação atuar para que ela cumpra o papel que lhe é destinado: disciplinar nossas inclinações naturais, amadurecer o entendimento e formar para a prudência (civildade) e para a moralidade, condições fundamentais para a vida do cidadão. A disciplina, como dissemos, se torna indispensável, porque é o meio pelo qual é possível retirar do homem aqueles comportamentos que não condizem com a formação do sujeito moral, livre e capaz de usar a racionalidade para conhecer, viver e agir no mundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo consiste em compreender a relação que existe entre educação, conhecimento (instrução) e moral no pensamento de um dos mais importantes filósofos iluministas, Immanuel Kant. No projeto filosófico desse pensador consta a preocupação com duas dimensões humanas essenciais, a do conhecimento e a da educação. Essas dimensões se intercambiam na medida em que ele entendeu que o conhecimento deve avançar das naturezas mais simples para as mais complexas. Em outros termos, ele compreendeu que a sensibilidade (conhecimento empírico) enquanto primeira dimensão do saber deve progredir



para a grandeza da compreensão filosófica ou racional. O conhecimento possibilita a quem se dedica a essa atividade, a condição de ser racional, autônomo, livre e capaz de conhecer e compreender o mundo em que vive. Mas não somente isso, como também a de ser construtor de uma sociedade harmônica e humana.

Assim, a condição de sujeito do conhecimento é, por sua vez, possibilitada e não dada, isto é, depende da vontade dos indivíduos e da ação educativa. Cabe à educação a condição de aprimorar aquelas qualidades pertencentes ao gênero humano, como a inteligência, a arte, a civilidade e a moralidade. Nesse caso, Kant considera que o homem não nasce nem bom nem mau, apenas se torna sujeito moral quando aprende pela educação as leis da civilidade e dos deveres a que a sua própria racionalidade ordena. Ou seja, o fim a que a educação está destinada a cumprir não é a aquisição de habilidades ou a aquisição de conhecimentos, mas, sobretudo, o aperfeiçoamento moral da humanidade. Embora compreenda os limites e dificuldades para a realização dessa condição, Kant reconhece que o esforço é compensado porque uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo. Para Kant o maior mal consiste em não submeter a natureza humana a normas e princípios disciplinares que permitem tanto o conhecimento (a instrução e a civilidade) quanto um caráter humano ou moral do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DELUMEAU, J. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 2017.

GIROTTI, M. T. Ilusão transcendental e seu papel positivo no processo de conhecimento: um paradoxo da razão? *In*: Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2015, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: UFSCar, 2015, p. 235-244.

OLIVEIRA JÚNIOR, E. de S. **Educação e moral no pensamento de Kant**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2005, Maringá.



Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Elias_Junior.pdf.
Acesso em 19 ago. 2022.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? *In*: KANT, I. **Immanuel Kant**: textos seletos. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a, p. 63-71.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 8. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013b.

KANT, I. **Começo conjectural da história humana**. Trad. Edmilson Menezes. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 2002.

KANT, I. Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765 -1766. *In*: KANT, I. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, p. 169-181.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENEZES, E. **Kant**: Esclarecimento e educação moral. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, v. 19, n. 01, p. 117-147, jan./jun. 2014. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/issue/view/6428/112>. Acesso em: 01 ago. 2022.

NODARI, P. C.; SAUGO, F. Esclarecimento, educação e autonomia em Kant. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 1, p. 133-167, jan./abr. 2011. Disponível em:
<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/892/615>
Acesso em: 28 jul. 2022.

PINHEIRO, C. de M. **Kant e a educação**: reflexões filosóficas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

Recebido em: 24-01-2023

Aceito em: 13-03-2023

